

PAUTA DAS E DOS JORNALISTAS ÀS CANDIDATURAS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e os 31 Sindicatos de Jornalistas do país apresentam esta pauta às candidaturas à Presidência da República que disputarão as eleições deste ano. Os cinco pontos aqui apresentados são considerados fundamentais por nossa categoria para a construção de um país comprometido com a democracia, a soberania e os direitos humanos, valores que defendemos no exercício do jornalismo.

Acreditamos que não existe liberdade de imprensa sem jornalistas valorizados e com condições dignas de trabalho. Por isso, convidamos as candidaturas à Presidência da República a conhecerem estes compromissos e, estando de acordo, manifestarem publicamente sua adesão a eles.

1. DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL E DO FUTURO DO JORNALISMO: REGULAMENTAR PLATAFORMAS DIGITAIS E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O avanço das plataformas digitais, situadas majoritariamente nos Estados Unidos, e a utilização de recursos como a chamada “inteligência artificial”, desafiam a soberania brasileira e colocam em xeque o futuro da profissão jornalística, já que essas empresas se apropriam do conteúdo produzido por nossa categoria sem nenhum tipo de contrapartida financeira. É urgente, portanto, garantir a sustentabilidade do jornalismo e estabelecer um marco regulatório para que as plataformas digitais e os sistemas de inteligência artificial atuem em nosso país com regramento adequado e tenham responsabilidades legais em relação ao combate à desinformação e à disseminação sistemática de conteúdos ilícitos. A utilização de conteúdo jornalístico por essas ferramentas deve não apenas assegurar transparência, mas remuneração justa a quem produziu a informação.

2. PELO DIREITO À INFORMAÇÃO DE QUALIDADE: APROVAR A PEC DO DIPLOMA E CRIAR O FUNDO NACIONAL DE APOIO E FOMENTO AO JORNALISMO

Em um cenário de desinformação massiva, fortalecer o jornalismo profissional significa defender a democracia. Neste sentido, a aprovação da PEC do Diploma (206/2012) deve constituir uma prioridade: o restabelecimento da formação superior em Jornalismo como requisito para o exercício da profissão representa uma garantia adicional de qualificação técnica e compromisso social na produção da informação, beneficiando toda a sociedade.

Para que o trabalho jornalístico tenha meios para existir, defendemos a criação do Fundo Nacional de Apoio e Fomento ao Jornalismo (Funajor), financiado prioritariamente por recursos provenientes da tributação das grandes plataformas digitais multinacionais. O Fundo ajudará a promover a sustentabilidade do jornalismo, estimulando veículos independentes, comunitários e regionais, incentivando a inovação e ampliando a diversidade da produção jornalística em todas as regiões do país.

3. COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO DIREITO DO POVO BRASILEIRO: FORTALECER A EBC E O SISTEMA PÚBLICO DE COMUNICAÇÃO

A comunicação pública constitui não apenas um direito da sociedade ao acesso à informação de qualidade em todo o território nacional, mas é instrumento fundamental para garantir à população brasileira conteúdos comprometidos com a cidadania e a democracia. A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) deve, portanto, ser um pilar fundamental para o sistema público de comunicação de nosso país, por meio do fortalecimento de sua autonomia editorial e da garantia de financiamento público adequado e permanente.

Defendemos a ampliação da estrutura da EBC, com a realização de concursos públicos, a implementação de um plano de cargos, carreiras e salários que valorize seus profissionais e a expansão de sua presença no país, fortalecendo a produção regional. É necessário garantir condições institucionais e orçamentárias compatíveis com sua missão constitucional, separando os serviços de comunicação estatal daqueles de comunicação pública, com independência editorial e participação da sociedade civil.

4. VALORIZAÇÃO DO TRABALHO JORNALÍSTICO: REVOGAR A LEI DO MULTIMÍDIA, ATUALIZAR A REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL E INSTITUIR O PISO SALARIAL NACIONAL

As transformações pelas quais passam a profissão jornalística em todo o planeta não podem servir de justificativa para reduzir direitos e fragilizar a identidade profissional de nossa categoria. A Lei do Multimídia (15.325/2026), aprovada e sancionada sem nenhum diálogo com as entidades representativas da categoria, é um risco concreto para o futuro de nossa profissão, ao sobrepor uma série de funções historicamente regulamentadas para nossa categoria. Defendemos a revogação dessa lei, para que se possa reabrir o debate com participação da sociedade, da FENAJ e dos 31 Sindicatos de Jornalistas do Brasil.

Lutamos também pela atualização da regulamentação profissional, adequando-a às novas formas de produção jornalística sem abrir mão da valorização da

profissão, da proteção dos direitos trabalhistas e da qualidade da informação. O tema já foi apresentado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mas carece de efetivos encaminhamentos.

Por fim, apoiamos as iniciativas para a adoção de um Piso Salarial Nacional para jornalistas, como instrumento permanente de valorização profissional, redução das desigualdades regionais e fortalecimento da negociação coletiva.

5. TRABALHO DIGNO JÁ: COMBATER A PEJOTIZAÇÃO E REVOGAR AS REFORMAS CONTRA A CLASSE TRABALHADORA

Não há democracia sólida sem condições dignas de trabalho, que proporcionem ao povo brasileiro efetiva melhora nas condições de vida. Nesse sentido, reconhecemos a importância das iniciativas do governo federal em defesa da redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6x1, compreendendo que essa luta representa um avanço para toda a classe trabalhadora.

A redução da jornada, contudo, deve integrar uma agenda mais ampla de reconstrução dos direitos sociais e trabalhistas. A expansão da pejetização e de outras formas fraudulentas de contratação atinge de maneira significativa as e os jornalistas, precarizando as condições de trabalho e comprometendo as condições de vida de nossa categoria. Defendemos a promoção da contratação formal como regra nas relações de trabalho, combatendo a utilização fraudulenta da pejetização.

A superação da precarização exige, além da revogação das reformas trabalhista e da Previdência Social, a construção de novas políticas públicas que ofereçam perspectivas concretas de um futuro melhor. Como parte da classe trabalhadora brasileira, nós, jornalistas, acreditamos em um projeto de país que tenha a dignidade humana como centralidade das ações políticas. Queremos um futuro digno, com direitos, tempo para a vida e para a construção de um país democrático, soberano e justo.